

Supremo Tribunal Federal adia julgamento sobre compra de vacinas

O ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal, retirou da pauta da próxima quinta-feira (17/12) duas ações que tratam da compra de vacinas para Covid-19. Com isso, a corte analisará na próxima semana, a partir de quarta-feira (16) apenas as ações que tratam da vacinação obrigatória contra a doença.

Rosinei Coutinho/SCO/STF



STF julgará apenas ações que tratam da vacinação obrigatória
Rosinei Coutinho/SCO/STF

A mudança na pauta atende a pedido do relator dos processos, ministro Ricardo Lewandowski, que pediu mais tempo para analisar o plano de imunização contra o coronavírus anexado aos autos pelo advogado-geral da União.

O AGU, José Levi Melo do Amaral Jr., [informou](#) que já cumpre as determinações do voto do ministro. Lewandowski [votou](#) para determinar que o governo federal apresente, em 30 dias, um plano detalhado de vacinação contra o coronavírus. Além disso, determinou que o governo atualize o plano em questão a cada 30 dias, até o final do ano de 2021.

Agora, o relator pediu mais tempo para analisar o documento. Com a chegada do recesso judicial, que começa no dia 20 de dezembro, demandas urgentes serão decididas pelo presidente da corte, Luiz Fux. Mas apenas na primeira quinzena. O comando do Supremo [será exercido pela vice-presidente, ministra Rosa Weber](#), de 18 a 29 de janeiro.

Em pauta

O ministro relata ainda duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratam da obrigatoriedade de vacinação contra a Covid-19. Essas ações também serão julgadas na próxima quarta.

Na última semana, chegaram outras duas ações. O governador do Maranhão, [Flávio Dino](#) (PCdoB), e o [Conselho Federal da OAB](#) pedem a permissão de adquirir vacinas autorizadas por agências sanitárias internacionais.

A questão central está no planejamento dos próximos meses. Mesmo com a chegada da vacina no Brasil em janeiro, a imunização da população só vai começar depois que houver o registro das vacinas na Anvisa — mesmo que o imunizante já tenha sido aprovado por entidades sanitárias internacionais.



Conforme as declarações do ministério, a previsão é de isso aconteça no final de fevereiro, de forma que o plano de vacinação ficará para março de 2021. Vale registrar que o presidente Jair Bolsonaro declarou, em suas redes sociais, que o governo vai oferecer a vacina para toda a população "de forma gratuita e não obrigatória".

Clique [aqui](#) para ler o plano apresentado pela AGU

Clique [aqui](#) para ler o pedido de Lewandowski

ADPFs 754 e 756

Date Created

13/12/2020